

Membro do júri das provas de acesso ao CEJ nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Designado pela PGR e pela PGD de Coimbra membro da Coordenação Distrital de Coimbra do Ministério Público no âmbito do EURO 2004.

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, na Diretoria de Coimbra, desde 7 de junho de 2008.

Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Centro da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009.

208775974

### Despacho n.º 7762/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 42.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade Territorial na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado João Manuel Batista Romão, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

### Nota curricular

João Manuel Batista Romão.

Data de nascimento: 7 de fevereiro de 1959.

Naturalidade: Julião da Figueira da Foz.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em julho de 1984;

Curso de pós-graduação em Psicologia pelo Colégio Universitário de Altos Estudos, no Porto, em 2001.

Atividade profissional:

Advogado estagiário na Comarca da Figueira da Foz, de setembro de 1984 a setembro de 1985;

Auditor de Justiça do IV Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1985-1986 e coparticipante no *Caderno n.º 2/87*, publicado pelo Centro de Estudos Judiciários, com o título de três temas de trabalho e o tema *«A proteção contra despedimentos de representantes de trabalhadores»*;

Auditor de justiça estagiário do Ministério Público da Comarca de Cantanhede, em 1986-1987;

Delegado do procurador da República, em regime de estágio, na Comarca de Pombal, entre setembro de 1987 e abril de 1988;

Delegado do procurador da República estagiário com responsabilidade direta na Câmara de Acusações — Serviços do Ministério Público da Comarca de Coimbra, entre maio e dezembro de 1988;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca de Trancoso, entre 14 de dezembro de 1988 e 14 de fevereiro de 1989, em acumulação com a Comarca da Meda, nesse mesmo período, ambas do Círculo da Guarda;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca do Porto, desde 15 de fevereiro de 1988 a 1 de abril de 1997, a exercer funções:

Tribunal de Instrução Criminal, entre 21 de fevereiro e 14 de setembro de 1989;

Departamento de Investigação e Ação Penal — 4.ª Secção do Ministério Público (Pereira Reis) do Tribunal Criminal, entre 15 de setembro de 1989 e 14 de setembro de 1993;

Tribunal de Menores com PA's e Averiguações Oficiais de paternidade e Maternidade do Tribunal de Família, entre 15 de setembro de 1993 e 15 de setembro de 1995;

Tribunal de Família (2 Juízos e Processos da Curadoria), entre 16 de setembro de 1995 e 1 de abril de 1997;

Procurador-adjunto efetivo no Tribunal Judicial da Comarca da Maia, desde a sua instalação como Comarca de Competência Genérica (2.º e 4.º Juízos, até fevereiro de 1998, e 4.º Juízo, a partir dessa data, acrescidos dos Inquéritos, Processos Administrativos e Instrução Criminal), com exercício efetivo entre 2 de abril de 1997 e 20 de março de 2001;

Representante do Ministério Público na Comissão de Proteção de Menores da Maia, instalada desde 1 de março de 1996 a 15 de setembro de 2000, tendo assumido a presidência nos primeiros dois anos e nos dois anos seguintes o cargo de secretário, em acumulação com o serviço do Tribunal;

Formador do Centro de Estudos Judiciários, entre 1997 e 20 de março de 2001 (formação de auditores de justiça e de procuradores-adjuntos estagiários);

Procurador do Círculo Judicial da Figueira da Foz, com funções de Coordenação entre 21 de março de 2001 e 3 de março de 2008;

Interlocutor do Ministério Público na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, entre abril de 2001 e setembro de 2004, e de março de 2006 a setembro de 2007;

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, a exercer funções na Diretoria do Porto, desde 4 de março de 2008, em comissão de serviço; Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009.

208775966

### Despacho n.º 7763/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 40.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

### Nota Curricular

Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando.

Nasceu a 5 de outubro de 1967 na freguesia de Santa Cruz, em Coimbra.

Concluiu a licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 1991, com a média final de 15 valores.

Tomou posse como Auditor de Justiça em 15 de setembro de 1992.

Nomeado Delegado do Procurador da República, em regime de estágio, na Comarca da Figueira da Foz, em 15 de setembro de 1994.

Nomeado Delegado do Procurador da República, em regime de desatamento, como auxiliar, na Comarca de Trancoso, tendo tomado posse em 10 de julho de 1995.

Colocado, a seu pedido, na comarca de Vouzela, tendo tomado posse em 08 de julho de 1996.

Destacado, a partir de 06 de janeiro de 1997, para o Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, onde iniciou funções na referida data.

Transferido a seu pedido e colocado na comarca de Santa Comba Dão, tendo tomado posse em 25 de junho de 1998.

Tomou posse no DIAP Distrital de Coimbra no dia 25 de janeiro de 2000.

Sujeito a inspeções na comarca de Santa Comba Dão e no DIAP de Coimbra, em ambas foi-lhe atribuída a classificação de *Muito Bom*.

Em 16 de agosto de 2004 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, na Diretoria de Coimbra.

Em 11 de junho de 2008 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária na Diretoria Nacional.

Em 4 de junho de 2009 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária na Direção Nacional.

Palestrante em diversas conferências e ações de formação, em Portugal e no estrangeiro, sobre temas como, por exemplo, proteção de testemunhas, tráfico de pessoas, abuso sexual de crianças, segurança na Internet, incêndio florestal e cooperação judiciária e policial internacional.

Interviente, na qualidade de perito, em encontros de trabalho sobre proteção de testemunhas, organizados pelas Nações Unidas, através do UNODC.

Integrou o comité de peritos do Conselho da Europa que elaborou o projeto da Convenção para a Proteção das Crianças contra a Exploração e os Abusos Sexuais.

Membro dos júris da prova oral de acesso aos XXI e XXII Cursos de Formação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

Autor de dois artigos publicados na Revista do SMMP: *“Acesso aos autos de transcrição das conversas telefónicas interceptadas e segredo de justiça — sentido e alcance do disposto pelo artigo 188.º, 5 do CPP”* (n.º 94, abril/junho de 2003), e *“Praxe: uma perspetiva jurídica”* (n.º 110, abril/junho de 2007).

208775941

### Despacho n.º 7764/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 42.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade Territorial na Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Mestre Luis Manuel Maia Mota Carmo, possuidor

de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

6 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

### Nota curricular

Dados biográficos:

Luis Manuel Maia Mota Carmo.  
Nascido em 11 de abril de 1962, em Lisboa.

Habilitações académicas:

Licenciado em direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa);

Curso de especialização em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Mestrado em Direito na área de Especialização Jurídico-Criminais, da Universidade de Lisboa — Faculdade de Direito.

Dados profissionais:

De 13 de novembro de 1986 a 27 de julho de 1988 — estágio de advocacia do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados;

De 27 de julho de 1988 a 17 de setembro de 1990 — exercício de funções como advogado com escritório no Porto;

De 17 de setembro de 1990 a 15 de setembro de 1992 — auditor de justiça na fase «Teórico-prática» do Centro de Estudos Judiciários;

De 15 de setembro de 1992 a 14 de junho de 1993 — procurador-adjunto estagiário no tribunal judicial da comarca de Cascais;

De 14 de junho de 1993 a 11 de julho de 1997 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real de Santo António;

De 11 de julho de 1997 a 10 de janeiro de 2006 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Tavira;

De 12 de janeiro de 2006 a 20 de agosto de 2006 — procurador-coordenador e formador de magistrados na Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste, no âmbito da missão «UNOTIL — United Nations Office in Timor-Leste»;

Desde 1 de setembro de 2006 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Tavira;

Classificado com a nota de *Muito bom*.

Em 16.04.2009 — Promovido a Procurador da República, e colocado como auxiliar em Ponta Delgada;

Desde 6 de abril de 2009 — Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Sul, da Polícia Judiciária.

Atividades desenvolvidas com relevância funcional:

Magistrado-formador de auditores de justiça do Centro de Estudos Judiciários e membro de júri na fase oral dos testes de aptidão dos candidatos ao ingresso no Centro de Estudos Judiciários;

Ensaios escritos, entre outros, sobre: «*A culpa e concurso de crimes*», «*Regime jurídico das ações de prevenção no combate à corrupção e à criminalidade económica e financeira*» e «*O 'gang' como fenómeno de*

*delinquência juvenil/O caso dos 'Gatos vadios'*», em edições policopiadas constantes da biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Vogal do Conselho Superior do Ministério Público.

208776005

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

### Declaração de retificação n.º 610/2015

Pelo Despacho n.º 4101/2011, de 16 de fevereiro, do então Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 44, de 3 de março de 2011, foi declarada a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra da «A4/IP4 – Vila Real (Parada de Cunhos)/Quintanilha – Lote 3 – Sublanço Justes/Murça – expropriações».

Louvando-se a urgência das expropriações no interesse público de que a obra projetada fosse executada o mais rapidamente possível, a Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, S.A., na qualidade de subconcessionária da Subconcessão Auto-Estrada Transmontana, foi autorizada a tomar posse administrativa das parcelas expropriadas ao abrigo da utilidade pública declarada através do mencionado despacho, onde se incluía a parcela 28, com a área de 22.775 m<sup>2</sup>, a destacar do artigo matricial rústico 4022 da freguesia de Vila Verde.

No âmbito da tentativa de acordo para a expropriação amigável, verificando-se que a parcela supraidentificada pertencia a dois interessados, surgiu a necessidade de se proceder a correções, concretamente a identificação de duas parcelas distintas, a parcela 28, com a área de 17.403 m<sup>2</sup>, e a parcela 28 A, com a área de 5.372 m<sup>2</sup>, que totalizam a área de expropriação referente à parcela 28 identificada no Despacho n.º 4101/2011, de 16 de fevereiro, não se verificando assim alteração da mancha de expropriação inicialmente anunciada.

No sentido de regularizar esta situação foi publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 186, de 26 de setembro de 2014, a Declaração de Retificação n.º 973/2014. No entanto, por lapso, a referida Declaração não foi acompanhada do mapa de áreas e da respetiva planta parcelar pelo que venho nos termos e para os efeitos previstos no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, proceder à respetiva correção da Declaração de Retificação n.º 973/2014, determinando que se publique o extrato do mapa de áreas bem como a planta parcelar em falta, sendo que os encargos inerentes à presente correção serão suportados pela Auto-Estradas XXI – Subconcessionária Transmontana, S.A., encontrando-se os mesmos já caucionados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

3 de julho de 2015. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.

### Mapa de expropriações — DUP

#### Subconcessão Autoestrada Transmontana — A4/IP4 — Vila Real (Parada de Cunhos)/Quintanilha — Lote 3

N.º da parcela	Nome e morada dos proprietários	Identificação do prédio				Total
		Matriz/freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
		Rústica	Urbana			
28	Conselho Diretivo dos Baldios de Vale de Agodim Rua da Eira Velha n.º 12 — Vale de Agodim 5070-557 Vila Verde Alj Conselho Diretivo dos Baldios de Balsa Rua de Cima s/n — Balsa 5070-551 Vila Verde Alj	9785 Vila Verde		N/d	Norte: Demarcação de Jorjais Sul: Estrada nacional Nasc: Antiga Estrada real Poente: João Minhoto e outros	17.403 m <sup>2</sup>
28A	Freguesia de Vila Verde Rua Maria Arminda Teixeira 5070-558 Vila Verde Representante: Domingos Aurélio Henriques	4022 Vila Verde		4024	Norte: Manuel Augusto Nogueira, Salvador Nogueira e outros Sul: Mário Teixeira Recaredo Teixeira e outros Nasc: Salvador Nogueira, Agostinho Rodrigues Santos e outros Poente: Olinda de Jesus Nogueira e outros	5.372 m <sup>2</sup>